

**PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU” EM
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL
2018/1 - TURMA XXI**

Coordenação Geral

- ATAME – Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós-graduação Ltda - EPP

Coordenação Acadêmica, Pedagógica e Certificação

- Universidade Candido Mendes – UCAM – “Diploma de Valor de 1902”

Coordenadores do Curso

- Ms. **Arnoldo Camanho de Assis** - Mestre em Direito do Estado pela UnB/DF.

- Ms. **Érika Rubião Lucchesi** – Mestre em Direito pela UNAERP – Ribeirão Preto – SP.

Apresentação / Objetivo

Este curso visa a oferecer avançada atualização de conhecimentos teóricos e práticos nas áreas do Direito Civil e do Direito Processual Civil. O Código Civil, vigente desde 2003, ainda é fonte de inesgotáveis debates e discussões. O Novo Código de Processo Civil, em vigor a partir de 18 de março de 2016, inaugura uma nova fase na legislação instrumentária brasileira, tornando necessário promover o seu estudo de forma segura e profunda, de modo a permitir que o profissional que atue nessas áreas – Civil e Processual Civil – conquiste, com o apoio do qualificado corpo docente da ATAME, a segurança indispensável para um excelente desempenho profissional.

A abordagem segura de cada um dos itens do programa, elaborado já levando em consideração a nova legislação de regência, é feita em aulas expositivas e presenciais, em que se busca aliar o rigor teórico à discussão sobre exemplos práticos, além de incluir debates sob a ótica constitucional, com análise de doutrina e jurisprudência atuais. Esse é o objetivo que haverá de nortear as atividades desenvolvidas ao longo do curso, que, ao final, pretende fornecer elementos para capacitar, ainda mais, o profissional do Direito em busca de permanente atualização.

Público Alvo

Bacharéis em Direito, Advogados, Procuradores, Membros do Ministério Público e da Magistratura, Professores, Consultores, Servidores Públicos e demais profissionais que atuam nas mais diversas áreas do Direito.

Carga Horária Total

360 h/a, das quais 324 h/a são destinadas ao conteúdo específico e 36 h/a ao conteúdo científico.

Período do Curso

20 meses, sendo 2 encontros por mês de 18 horas/aula.

Horários

Sexta-feira-noturno: das 18h às 23h (intervalo às 20h30)

Sábado-matutino: das 07h30 às 14h00 (intervalo às 9h00 e às 11h45)

Conteúdo Programático

- **Parte Geral (18h/a - 1 encontro)** – Pessoa Físicas e Jurídicas. Personalidades. Direito objetivo e subjetivo. Ação, vontade declarada. Vícios e condições. Relação e negócio jurídico. Prescrição e decadência.
- **Obrigações (18h/a - 1 encontro)** – Fontes, conceitos, formas de extinção. Solvens e accipiens. Lugar do cumprimento e forma, sub-rogação e solidariedade. Pagamento direto e indireto. Análise do Código Civil.
- **Contratos Cíveis e Contratos de Consumo (18h/a - 1 encontro)** – Negócio Jurídico (existência, validade e eficácia). Princípios contratuais (Autonomia da vontade, Obrigatoriedade dos contratos (com a análise das teorias que permitem a revisão ou revogação dos contratos, rebus sic stantibus, imprevisão, excessiva onerosidade), Relatividade dos contratos e Boa-fé objetiva (com suas funções interpretativa, limitadora do direito subjetivo e deveres laterais de conduta)). Classificação dos contratos (principalmente com a análise dos contratos de consumo) e Vícios redibitórios (vícios do produto e do serviço).
- **Responsabilidade Civil (18h/a - 1 encontro)** – Elementos essenciais da responsabilidade civil (ação e omissão, culpa, dano e nexo causal). Responsabilidade objetiva e subjetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade no Código de Defesa do Consumidor (responsabilidade do profissional liberal, responsabilidade em decorrência do Fato do Produto e do Serviço; responsabilidade em decorrência do vício do produto e do serviço e responsabilidade em decorrência da violação do dever de boa-fé objetiva). Responsabilidade civil do Estado.
- **Direito das Coisas (18h/a - 1 encontro)** – Teoria Geral da Posse: conceito legal de posse; faculdades jurídicas do domínio; natureza jurídica da posse; objeto da posse; detenção (hipóteses legais); teorias da posse (Ihering e Savigny); posse ad usucapionem e ad interdicta; posse justa e injusta; posse de boa-fé e de má-fé; desdobramento de posse; caráter da posse e intervenção da posse; vícios objetivos e subjetivos da posse; justo título para fins possessórios e para a usucapião; posse e benfeitorias; composses pro diviso e pro indiviso; idade da posse; ações possessórias; autotutela ou autodefesa da posse; união de posses (accessio possessionis e successio possessionis); exceptio domini; usucapião; jurisprudência. Usucapião extrajudicial.
- **Direito de Família (36h/a - 2 encontros)** – Pluralismo Familiar. Constitucionalização do Direito Civil. Princípios Constitucionais aplicáveis ao Direito de Família. Do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Dos regimes de bens entre os cônjuges. Da União Estável. Das Relações de Parentesco. Da filiação. Do reconhecimento de filhos. Da adoção. Dos alimentos. Institutos Protetivos. Da socioafetividade e seus efeitos.
- **Metodologia de Pesquisa (36h/a - 2 encontros)** - A técnica da análise temática. O conhecimento científico. Tipos de normas técnicas. A elaboração do trabalho científico. Conceitos e estruturação de uma pesquisa: as variáveis envolvidas, os métodos de coleta de dados e o projeto de pesquisa.
- **Direito das Sucessões (18h/a - 1 encontro)** - Sucessão. Momento e local da sucessão. Transmissão da Herança. Aceitação e Renúncia. Herança Jacente e Vacância. Capacidade para suceder. Indignidade. Sucessão legítima. Vocações Hereditárias. Direito de representação. Herdeiros necessários. Noções gerais de Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha (judicial e extrajudicial).
- **Parte Geral – CPC (18h/a - 1 encontro)** - Jurisdição, Ação, processo e defesa (teoria geral do processo civil). O Novo Código de Processo Civil: visão geral. Princípios gerais. Análise comparativa do CPC 73 e o NCPC 2015 – estrutura dos livros. Competência.

Partes e Procuradores. Responsabilidade Processual. Despesas, honorários e multas. Gratuidade de justiça. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimento e suspeição. Prazos. Citação. Intimação. Cartas. Formação e suspensão do processo. Julgamento sem e com resolução de mérito. Julgamento parcial de mérito.

- **Processo de Conhecimento (54h/a - 3 encontros) – 1º Encontro:** Atos processuais. Atos das partes. Pronunciamentos do juiz. Nulidades. Tutela provisória: Tutela de urgência. Tutela da evidência. Petição inicial: requisitos, emenda, inépcia, indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Pedido alternativo e pedido subsidiário. Cumulação de pedidos. **2º Encontro:** Audiência de conciliação ou de mediação. Atitudes do réu: contestação, reconvenção, revelia. Providências preliminares (réplica). Organização e saneamento do processo. Ônus probatório. Carga dinâmica da prova. **3º Encontro:** Atividade probatória. Poderes instrutórios do juiz. Obtenção antecipada da prova. Provas em espécie: ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, prova testemunhal, prova pericial, inspeção judicial. Audiência de instrução e julgamento.
- **Cumprimento de Sentença (18h/a – 1 encontro) - Liquidação:** espécies. Cumprimento de sentença e natureza da obrigação. Títulos executivos judiciais. Competência. Cumprimento provisório e definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Impugnação ao cumprimento da sentença. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.
- **Processo de Execução (18h/a – 1 encontro) - Disposições gerais.** Poderes do juiz. Condutas atentatórias à dignidade da Justiça. Partes. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução: título executivo e exigibilidade da obrigação. Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução. Desconsideração da personalidade jurídica. Interesse do exequente e princípio da menor onerosidade. Incumbências do exequente. Execução por quantia certa. Expropriação: espécies. Citação do devedor e arresto de bens. Penhora. Bens impenhoráveis. Exceções. Ordem de preferência da penhora. Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira. Peculiaridades. Avaliação dos bens penhorados. Atos de expropriação. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução.
- **Procedimentos Especiais (36 h/a - 2 encontro2) - Encontro 1-** Ações possessórias: manutenção e reintegração de posse. Interdito proibitório. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações de família. **Encontro 2-** Procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais. Divórcio e separação consensuais. Extinção consensual de união estável. Alteração do regime de bens do matrimônio. Interdição. Mandado de segurança. Ação de improbidade administrativa.
- **Processo nos Tribunais (18h/a - 1 encontro) - Disposições gerais.** Ordem dos processos no tribunal. Poderes/deveres do relator. Sessão de julgamento: ordem de julgamento de feitos e sustentação oral. Ampliação da colegialidade. Incidente de assunção de competência. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Ação rescisória. Reclamação.
- **Recursos (18 h/a – 1 encontro) – Meios de impugnação de decisões judiciais.** Princípios fundamentais do sistema recursal. Disposições gerais. Espécies recursais. Recurso principal e recurso adesivo. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Agravo em recurso especial e em recurso ordinário. Embargos de divergência.

- **Didática de Ensino Superior (18h/a - 1 encontro)** - A didática do ensino e a ciência jurídica. Tendências contemporâneas em Educação e o papel da Didática. Planejamento do ensino: escolha de objetos, seleção de conteúdos. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Corpo Docente *

Coordenadores do Curso:

Arnoldo Camanho de Assis - Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, onde cursou o Mestrado em Direito e Estado. Doutorando em Direito Constitucional na Universidade de Buenos Aires - UBA. Pós-graduado em Direito do Consumidor pela Universidade de Coimbra, Portugal. Extensão universitária em Direito Internacional Público e Privado na Academia de Direito Internacional da Haia, na Holanda. Professor de Direito Processual Civil na Escola de Administração Judiciária do TJDF, na Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal, no Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP e na ATAME - Pós-Graduação e Cursos. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM. Acadêmico titular da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura. Membro fundador e atual Presidente da Associação Brasiliense de Direito Processual Civil – ABPC.

Érika Rubião Lucchesi - Oficial Registradora (Cartorária) desde 2007, aprovada nos 4º no ano de 2007 e no 8 no ano de 2013 no Concurso de Provas e Títulos de Cartórios do Estado de São Paulo. Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP (1999), mestrado pela UNAERP (2008). Área de concentração: Processo Civil Coletivo, Especialização em Direito Tributário pelo IBET Ribeirão Preto/SP (2012), Especializanda pela USP DIREITO - Ribeirão Preto/SP = Processo Civil (2013). Especialista pela ESPM Gestão Estratégicas de Serventias Extrajudiciais, São Paulo/SP (2012). Professora universitária nos Cursos de Direito da Universidade de Ribeirão Preto UNAERP, do Centro Universitário de Barretos UNIFEB, das Faculdades Francisco Maeda FAFRAM-Ituverava/SP. Ex-professora do Centro Universitário Barão de Mauá, da FAFIBE em Bebedouro e da FAO de Orlandia. Professora de Cursinhos Preparatórios para Carreiras Jurídicas com ênfase na OAB. Colunista do Projeto da ARPEN-SP - Voz da Cidadania. (2012).

Alexandre Dartanhan de Mello Guerra - Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC/SP. Pós-graduado em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Professor titular de Direito Civil da Faculdade de Direito de Sorocaba. Professor dos cursos de especialização em Direito do Consumidor, Direito Civil e Direito Processual Civil da Escola Paulista da Magistratura. Coordenador dos cursos de especialização em Direito Civil e Direito do Consumidor da EPM/Sorocaba. Palestrante convidado na PUC/SP-COGAE, EPM e FDSBC. Professor assistente ao Professor Doutor Renan Lotufo nos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito Civil na PUC/SP (2011/2012). Juiz de Direito no Estado de São Paulo. Coordenador e autor de obras e artigos jurídicos.

Celso Ferreira da Cruz Victoriano – Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (1994), Graduado em Direito pelo Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2001), Especialista em Modelagem Matemática pela UNEMAT(1998) e Direito Público pela UNEMAT (2000) Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino - UMSA -

Buenos Aires - AR (2012). Pós-Doutoramento em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino - UMSA - Buenos Aires - AR (2013). Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, caráter efetivo. Atualmente lotado no 3o. Juizado Especial Cível campus UFMT, exercendo a função cumulativamente no Juizado Especial Itinerante (JEI), conforme Portaria n. 150/2014/GRHFC. Docente e Consultor/Avaliador na Pós-Graduação ATAME, Cuiabá-MT. Docente colaborador da Licenciatura Parcelada da UNEMAT. Multiplicador Interno da Escola de Servidores do TJMT. Mediador e Instrutor Judicial do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMT. Co-idealizador e integrante do Projeto Guató - Cáceres-MT. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Projetos de Pesquisa, Didática, Educação Matemática, Formação de Professores, Educação Ambiental, Etnomatemática, Monografias, Cultura Mato-grossense, Direito Ambiental e Indígena.

Cristiano Chaves de Farias - Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador - UCSal. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Professor de Direito Civil da Faculdade Baiana de Direito e do Complexo de Ensino Renato Saraiva. Lecionou em outras instituições de ensino jurídico como a Faculdade de Direito da UFBA, Rede Telepresencial de Ensino LFG, Curso JusPODIVM - Centro Preparatório para a Carreira Jurídica, UNIFACS, UNIJORGE e UCSal. É membro do IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Daniel Carnio Costa - Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1997). Mestre pela FADISP (2008). Doutor em direitos difusos e coletivos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2013) e mestrando (LLM) em direito comparado na Cumberland School of Law - Samford University nos Estados Unidos da América. Cursa Pós-Doutorado em Direito na Universidade de Paris 1 - Panthéon/Sorbonne desde 2014. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em direito da UNAERP, campus Guarujá/SP, coordenador e professor da Pós-Graduação Lato Sensu em Recuperação de Empresas e Falências na FADISP, coordenador e professor da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Econômico e Negocial da Escola Paulista da Magistratura - EPM, e professor palestrante em diversos cursos de pós-graduação em nível nacional. É coordenador e professor da Autumn School da Universidade Paris 1 - Panthéon/Sorbonne (França) e do curso de Extensão em Insolvência da California Western School of Law (EUA). Autor dos livros Execução no Processo Civil Brasileiro (3 edição), Danos Individuais e Ações Coletivas (2 edição) e Tutelas de Urgência (individuais e coletivas) - Teoria Geral, todos da editora Juruá. Co-autor do livro Magistratura de São Paulo - série provas comentadas - da editora Verbo Jurídico. Coordenador da coleção Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências (03 volumes), publicada pela editora Juruá. Autor de diversos capítulos de livros e de artigos publicados em revistas especializadas de circulação nacional. Membro Titular da cadeira n. 22 da Academia Paulista de Magistrados (APM). Membro Titular da cadeira n. 41 da Academia Paulista de Direito (patrono José Bonifácio). É Juiz de Direito (Tribunal de Justiça de São Paulo) desde 1998. É Juiz titular da 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo desde 2011.

Fábio de Vasconcellos Menna - Mestre em Processo Civil pela PUC/SP, possui graduação em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Atualmente é professor da graduação e pós graduação de processo civil e arbitragem da Universidade Anhembi Morumbi, professor da Rede LFG/Anhanguera, professor pós graduação da Universidade Cândido Mendes, da Pós Graduação da UNISAL.

Francisco José do Nascimento - Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e doutorando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente na área de Direito Processual Civil desde 1995 e em Direito Civil desde 2003.

Gisela Simona Viana de Souza: Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1999). Advogada, inscrita na OAB/MT sob o n. 6329. Especialista em Direito Público, Direito do Consumidor, Direito Difusos e Coletivos e Direito Administrativo. Pós-graduada em Gestión del Sistema de Vigilancia de la Seguridad de los Productos en el Mercado pela Universitat Pompeu Fabra Barcelona. Vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB no ano de 2008/2009 e membro de 2008 a 2012, 2016 aos dias atuais.

Marcelo Truzzi Otero – Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Pós Graduação da EPD-Escola Paulista de Direito, Professor da Atame-Cândido Mendes; Professor das Faculdades Integradas Padre Albino - Campus I. Professor do Centro Universitário Unifafibe. Presidente da Comissão dos Advogados do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito de Família-SP (IBDFAM/SP). Advogado militante, especialista em Direito de Família e Sucessões, autor de obra jurídica e artigos doutrinários em revistas especializadas.

Melissa Ourives Veiga - Mestranda em Direito Privado na Uni7 - Centro Universitário Sete de Setembro. Especialista em Direito pela Faculdade Integrada do Ceará (2009). Graduada em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2003). Advogada Familiarista. Professora de direito civil, atuando e desenvolvendo pesquisas especialmente nas áreas de direito das obrigações, família e sucessões. Professora convidada do Complexo Educacional Renato Saraiva (CERS). Professora de pós graduação em direito da ATAME (Brasília/ DF, Goiânia/ GO e Cuiabá/MT) e Faculdade de Ilhéus/BA. Colaboradora do Projeto do IBDFAM de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Membro do IBDFAM.

Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira - Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/MG e em Administração Pública pela FGV. Mestrando pela UFPE. Procurador da Fazenda Nacional e Professor de Direito Processual Civil em cursos de Pós-graduação

Renato Montans de Sá - Graduado em direito pela Universidade São Francisco. Especialista e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor da Rede LFG de ensino, coordenador da pós graduação de processo por esta instituição e professor da Escola Superior de Advocacia e professor-coordenador na ATAME Pós Graduação.

Ronaldo Fenelon Santos Filho – Advogado. Gerente jurídico em diversas corporações multinacionais (Minerva S/A e Pearson Education Ltda - COC, Wizard, Microlins - e atualmente diretor jurídico e de novos negócios da Editora Brasil Cultural. Especialista em Direito Público e mestre em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2005). Professor - Faculdades Integradas FAFIBE - Bebedouro e diretor jurídico e de novos negócios da Editora Publicações Brasil Cultural Ltda. Professor de graduação e pós graduação na Unifafibe desde 2003. Professor convidado em diversos cursos de graduação e pós graduação. Autor de diversas obras, artigos e capítulos em obras jurídicas pelas mais diferentes editoras.

Rosana Lia Ravache - Doutora em Geografia Humana na linha de pesquisa em Metrópole e Geografia Urbana com a tese Migração e modernização em cidades médias da Amazônia

Legal: área de abrangência da Br 163, defendida na Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia Humana na área de concentração Ambiente e Desenvolvimento Regional com a dissertação que tratou da (Re) significação de espacialidades potencialmente turísticas com inclusão das comunidades receptoras um estudo de caso do bairro do Porto de Cuiabá/ MT, apresentada na Universidade Federal de Mato Grosso (2008). Especialista em Terceiro Setor e Políticas Públicas pela Universidade Cândido Mendes, com o trabalho “Ecoturismo - aplicação de políticas públicas e de responsabilidade social no Pantanal de Poconé”, Rio de Janeiro (2006). Formação em Programação Neurolinguística (1990) e Coaching (2013). Psicologia do Desenvolvimento Mental (1981), Graduada em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas, no Centro de Estudos Superiores e Pesquisa, Rio de Janeiro provisionado pelo Ministério do Trabalho (1979). Técnica em Serviço Social formada pela Escola Profissional da República Federal da Alemanha: especialização na área de Serviço Social [Berufliche Fortbildung in der Bundesrepublik Deutschland - Spezialisierung auf dem Gebiet de Sozialarbeit] (1966); Prática em Serviço Social na Organização de Trabalho Voluntário para o Bem Estar, da Associação Caritas: trabalhos sociais de Grupo [Praxis in Sozialarbeit in einer Organisation der Freien Wohlfahrtspflege (Caritasverband), Soziale Gruppenarbeit (1966) Professora do Univag Centro Universitário nos cursos de Serviço Social, Psicologia e Comunicação Social. Linhas de pesquisa: Geografia, Geopolítica e Urbanidade. Atuação docente: Antropologia, Filosofia, Movimentos Sociais, Relações Internacionais, Sociologia, Teoria Política e Terceiro Setor.

Suzana Maria da Gloria Ferreira - Pós-Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade De Salerno - Itália. Doutora em Direito Pela PUC/SP. Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMGFRUTAL; Professora, pesquisadora e extensionista Centro Universitário de Rio Preto; UNIRP/SP. Professora de Direito Civil da Faculdade Barretos; Avaliadora -INEP; Professora da Academia de Polícia Civil do Estado de SP; Coordenadora das Atividades Complementares do curso de direito da UEMG/Frutal.

*Professores poderão ser inclusos.

CALENDÁRIO RESUMIDO DAS DISCIPLINAS
Direito Civil e Processo Civil 2018/1 – Turma XXI

Datas	Disciplinas	Carga horária	Professor
02/03/2018 03/03/2018	Parte Geral	18 h/a	Ms. Érika Rubião Lucchesi
23/03/2018 24/03/2018	Obrigações	18 h/a	Dr. Alexandre Dartanhan de Mello Guerra
06/04/2018 07/04/2018	Contratos Cíveis e Contratos de Consumo	18 h/a	Ms. Gisela Simona
27/04/2018 28/04/2018	Responsabilidade Civil	18 h/a	Ms. Ronaldo Fenelon Santos Filho
11/05/2018 12/05/2018	Direito das Coisas	18 h/a	Ms. Cristiano Chaves de Farias
25/05/2018 26/05/2018	Direito de Família	18 h/a	Ms. Melissa Ourives Veiga
08/06/2018 09/06/2018	Direito de Família	18 h/a	Dr ^a . Suzana Maria da Glória Ferreira
07/07/2018 08/07/2018	Direito das Sucessões	18 h/a	Dr. Marcelo Truzzi Otero
03/08/2018 04/08/2018	Parte Geral – CPC	18 h/a	Ms. Érika Rubião Lucchesi
17/08/2018 18/08/2018	Processo de Conhecimento 1	18 h/a	Ms. Arnaldo Camanho de Assis
31/08/2018 01/09/2018	Processo de Conhecimento 2	18 h/a	Ms. Arnaldo Camanho de Assis
21/09/2018 22/09/2018	Processo de Conhecimento 3	18 h/a	Ms. Arnaldo Camanho de Assis
05/10/2018 06/10/2018	Cumprimento de Sentença	18 h/a	Dr. Daniel Carnio Costa
26/10/2018 27/10/2018	Processo de Execução	18 h/a	Ms. Fabio de Vasconcellos Menna
09/11/2018 10/11/2018	Procedimentos Especiais 1	18 h/a	Ms. Francisco José do Nascimento
23/11/2018 24/11/2018	Procedimentos Especiais 2	18 h/a	Ms. Francisco José do Nascimento
01/02/2019 02/02/2019	Processo nos Tribunais	18 h/a	Ms. Rafael Vasconcellos
22/02/2019 23/02/2019	Recursos	18 h/a	Ms. Renato Montans de Sá
08/03/2019 09/03/2019	Metodologia de Pesquisa	18 h/a	Ms. Celso Ferreira da Cruz Victoriano
22/03/2019 23/03/2019	Didática de Ensino Superior	18 h/a	Dr ^a . Rosana Lia Ravache
28/07/2019	Entrega da Monografia		
27/09/2019	Entrega do Certificado		

Responsabilidades do Grupo ATAME:

- Material de apoio disponível mediante envio do Professor no site www.grupoatame.com.br;
- Disponibilizar professores;
- Estacionamento;
- Certificado.

Responsabilidades da Contratante:

- Efetuar os pagamentos conforme as condições do contrato;
- Taxa de Matrícula no valor de R\$ 100,00;
- Disponibilizar os documentos necessários para a Matrícula.

Condições e forma de pagamento:

Advogado	Parcela	Valor	Valor c/ Desconto
Advogado – Esa - Cuiabá	21	R\$ 655,00	R\$ 490,00
Jovem Advogado – 20% das vagas	21	R\$ 655,00	R\$ 449,00

Esta proposta tem validade por 30 dias.

Atenciosamente,

Filipe Bessa
Consultor Comercial
(65) 3321-9000/99968-2704
comercial3@grupoatame.com.br